



Fábio Ribeiro // “*Cidadão de Bem*. óleo sobre tela, 2019. - ‘Cidadão de bem’ é aquele que esbraveja, julga, aponta e condena; que deseja fazer ‘justiça com as próprias mãos’ enquanto esconde com maestria seus próprios defeitos, hipocrisias e contradições. É aquele que usa o nome de Deus para oprimir, que defende a família e menospreza a mulher, que trai, que corrompe qualquer relação em nome de dinheiro e poder, ainda que nas menores esferas... É o que a gente considera a banda podre da subjetividade humana, aquele que representa um mundo que nós não queremos mais.”

11 Artigo

“Preta, pobre, puta”, LGBTQIA+: contribuições para um urbanismo mais igualitário

Fernanda Rocha de Oliveira¹

Resumo // Na busca por modelos mais sustentáveis de sociedade, é desejável que grupos vulneráveis tenham voz nas políticas públicas. Tomando por base reflexões surgidas em debate ocorrido no âmbito do Grupo de Estudos de Gênero e Cidade (GECID), o presente artigo objetiva destacar a contribuição de lentes interseccionais (mulheres, prostitutas, LGBTQIA+, baixa renda, periferia, etc.) para um Urbanismo mais equitativo. A partir do diálogo entre fontes que abordam realidades urbanas existentes e obras literárias que se apoiam em conceitos como Direito à Cidade e Urbanismo com perspectiva de gênero, foram tecidas considerações que buscam corroborar o fortalecimento de um necessário Urbanismo mais igualitário. Para isso, foram utilizados, para as análises empreendidas: obras acadêmicas, *podcast*, poema, material audiovisual e sites.

Palavras-chave // Direito à Cidade, Urbanismo com perspectiva de gênero, Interseccionalidade.

1 Arquiteta e Urbanista graduada pela UFPB (2011) e mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN (2015), foi membra da Rede Paulista de Educação Patrimonial - REPEP (2016) e consultora em Patrimônio no projeto de atualização da Lei de Operação Urbana Consorciada Centro Histórico de Natal (2016). Atualmente é doutoranda em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2021-...), integra o Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural (LUP) e é membra do Grupo de Estudos de Gênero e Cidade (GECID Cariri). Endereço lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4116964397463443>>.

Introdução

Entendendo que metade da população já vive nas cidades e que os modelos de desenvolvimento adotados por elas podem favorecer ou amenizar as condições que geram a vulnerabilidade e a precariedade das condições de vida urbana, entidades da sociedade civil elaboraram a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (CARTA..., 2007). Nela, debateram estratégias para um modelo sustentável de sociedade e de vida urbana, baseando-se em princípios como solidariedade, liberdade, igualdade, dignidade e justiça social.

Ainda no preâmbulo do supracitado documento, são feitas considerações válidas para reflexão:

As cidades estão distantes de oferecerem condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes. A população urbana, em sua maioria, está privada ou limitada - em virtude de suas características econômicas, sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade - de satisfazer suas necessidades básicas. Contribuem para isso as políticas públicas que, ao desconhecer os aportes dos processos de produção popular para a construção das cidades e da cidadania, violentam a vida urbana (CARTA..., 2007, p. 1).

Analisando a citação, temos como um primeiro destaque a dificuldade de satisfação equitativa das necessidades das pessoas nas cidades, uma vez que estas apresentam características diversas. Mulheres, por exemplo, constituem a maioria da população brasileira e têm sido, cada vez mais, responsáveis pelos proventos das famílias, sobretudo as urbanas². Apesar disso, como apontam a arquiteta Daniela Sarmiento e o historiador Leonardo Brandão, diversos trabalhos enfatizam que embora as mulheres seja maioria em números, ainda são minoria na luta pela cidade, em termos de acesso aos locais de poder e decisão (SARMENTO; BRANDÃO, 2017). Assim, torna-se ainda mais difícil a geração de contribuições para uma universalização dos direitos sociais, civis e políticos.

Ainda no trecho extraído da carta supracitada, vê-se que uma situação que agrava o distanciamento em relação à promoção de equidade no Direito à Cidade

2 De acordo com Sarmiento e Brandão (2017), apoiando-se em dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

é o desconhecimento, associado às políticas públicas, das condições populares de construção da cidade e da cidadania, resultando em diferentes formas de violência urbana.

É nesse contexto que convém destacar a contribuição da arquiteta e urbanista feminista Zaida Muxí Martínez, ao trazer a importância do Urbanismo com perspectiva de gênero. Distinguindo-o, sutilmente, do Urbanismo Feminista³, a arquiteta entende que se gênero é uma construção sociocultural que está relacionada aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, aplicar a perspectiva de gênero significaria entender que as experiências de mundo são, antes de mais nada, diferentes. Por isso, usamos a cidade de modos também diferentes, acarretando em necessidades igualmente variadas.

Diante da ciência de que, para que o Planejamento Urbano contemple as necessidades de interesse geral é preciso haver representação de interesses e grupos sociais diversos, o Grupo de Estudos de Gênero e Cidade (GECID), do Cariri cearense, surgiu como *locus* de reflexão do urbanismo sob as óticas feminista (nela incluindo a lente da interseccionalidade) e interdisciplinar.

Com isso, membras deste grupo auto-organizado e composto por mulheres, debateram, no dia 05 de setembro de 2020, o tema “Demarcação de Território e Políticas Territoriais de Gênero”, pertencente ao Eixo Temático “Gêneros e Políticas”. Neste evento foram utilizadas algumas referências de natureza e linguagem diversificadas, para suscitar o debate também de modo diverso: obras acadêmicas, *podcast*⁴, poema e material audiovisual. Por ser um grupo autogerido, o critério de seleção desse material foi a partir de indicações das membras, após definição do tema do encontro (ocorrido virtualmente).

É pretensão do presente artigo apresentar reflexões oriundas deste evento, destacando a contribuição de temáticas interseccionais (aqui chamadas de Camadas de Vulnerabilidade, tais como: mulheres, prostitutas, LGBTQIA+⁵, baixa renda, periferia, etc.) para refletir ações necessárias para um Urbanismo mais equitativo.

3 Em entrevista (COTA, 2018), Muxí disse que ambos termos se tocam, mas adota o termo “gênero” por entender que o Feminismo já carregaria, em si, muitas lutas e significados próprios. Assim, enquanto um termo seria mais uma filosofia, uma prática política, o outro é uma ferramenta para incorporar essa perspectiva.

4 Um tipo de programa de áudio feito sob demanda, no qual o ouvinte pode escutar o conteúdo na hora que quiser (LOUBAK, 2019). Neste caso, o conteúdo consultado encontra-se disponibilizado na plataforma *Spotify*.

5 A sigla significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuais e quaisquer outras variações de identidade de gênero e de orientação sexual existentes.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho apresenta reflexões oriundas de um debate do GECID, que foram lapidadas após consultas tanto às referências indicadas para apreciação antes do debate (que não foram, como dito, resumidas a obras acadêmicas), quanto a *sites* e a literatura especializada, necessárias para contextualização das referências citadas e para complementação, conceitualmente, dos conteúdos abordados. Neste último caso, foram adotadas referências teóricas que se apoiam em conceitos como Direito à Cidade (e suas variações) e Urbanismo com perspectiva de gênero.

O artigo está dividido em duas partes. No Desenvolvimento, são apresentadas reflexões por tópicos: a cada Camada de Vulnerabilidade explorada, é informado o material-base que fora recomendado para apreciação antes do debate GECID ocorrido e, a partir deste material, são feitas correlações do tema com uma realidade urbana existente. Ao final, foram tecidas considerações que, a partir das reflexões feitas, buscam corroborar com o fortalecimento de um necessário Urbanismo mais igualitário.

As Camadas das “pretas, pobres e putas” – o caso do Jardim Itatinga (Campinas-SP)

A primeira Camada de Vulnerabilidade abordada no debate foi a das prostitutas, que teve como material-base o *Podcast* “Pela Cidade” – edição especial “Cidade, Gênero e Interseccionalidade” –, realizado no âmbito das ações do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).

Neste programa de áudio, Diana Helene Ramos foi entrevistada por Marina Harkot, trazendo reflexões sobre o papel “seletivo” do Estado no planejamento urbano ocorrido na cidade de Campinas-SP, no tocante a demandas relativas às prostitutas da região (PELA CIDADE, 2020).

Convém destacar que a expressão que compõe o título do presente artigo, “Preta, Pobre e Puta”, foi extraída do título da tese de Doutorado de Diana Ramos, que aborda a questão da segregação urbana na ótica da prostituição (RAMOS, 2015). Ramos, por sua vez, também se apropriou desse termo, que fora usado como forma de apresentação de uma das prostitutas com quem conviveu para realizar sua pesquisa.

O uso das aspas decorre de serem termos estereotipados segundo alguns valores sociais, decorrentes de práticas dicotômicas (a exemplo, a oposição entre “mulher para casar” e “puta”) que são propositalmente usadas para controle das mulheres. O uso dessa expressão como forma de autoapresentação de algumas prostitutas representa um enfrentamento em relação aos estereótipos pré-estabelecidos (RAMOS, 2015).

Essa prática é passível de ser interpretada como uma construção de território; não um território espacialmente definido, *a priori*, mas simbólico, de autoafirmação social. E esse tipo de construção é importante quando se fala de políticas públicas, uma vez que pode gerar oportunidades de atendimento de demandas que são caras a esse grupo social.

Mesclando as informações do *podcast* (PELA CIDADE, 2020) com as apresentadas na tese de Ramos (2015), é possível ver que as prostitutas de Campinas se valeram dessa busca por uma autoafirmação para tentar influenciar as decisões políticas locais, uma vez que suas necessidades particulares decorriam de suas vivências particulares de mundo.

Fazendo uma contextualização sobre o caso, com a industrialização e o acelerado crescimento urbano da década de 1960, trabalhadores se estabeleceram na cidade de Campinas, e a prostituição teve lugar na área central da cidade. Contudo, em decorrência de conflitos de ordem moral⁶, de maneira não-oficial, houve um zoneamento na cidade para dar lugar às prostitutas na periferia, numa ação conjunta da polícia com a prefeitura: a criação do bairro Jardim Itatinga. A atuação seletiva do Estado se dava pelo fato de que, no centro, não podia haver casa de prostituição, mas atividades dessa natureza realizadas em lotes adquiridos no novo bairro “planejado” para este fim, não eram perseguidas (RAMOS, 2015; PELA CIDADE, 2020).

Contudo, a prática que gerou esse “novo” território de prostitutas, tentando implantar no Centro regras de comportamento impostas por outros grupos sociais, não se deu pacificamente, como se fosse apenas a partir de um estímulo positivo: para retirar prostitutas das ruas, usavam do crime da vadiagem como pretexto para uma repressão seletiva. Em sua tese, Ramos (2015) indica relatos

6 Segundo notícias de jornal local, houve incômodo porque “homens de bem” estariam confundindo as “vagabundas”/putas com mulheres “corretas”, “honestas esposas” (RAMOS, 2015; PELA CIDADE, 2020).

de torturas que mostram a prática da violência como potencializadora da segregação social promovida pelas políticas da época.

É importante que se destaque que a escolha de onde ficaria o território favorável à prostituição foi estratégica para a geração de segregação: o novo bairro, ao sul da cidade, estava do lado oposto à área valorizada de Campinas, que estava ao norte. Assim, muitas prostitutas teriam se juntado aos trabalhadores da indústria que, sem condições de pagar uma moradia digna, teriam ocupado informalmente essa região periférica (RAMOS, 2015; PELA CIDADE, 2020).

Em decorrência disso, houve duas grandes consequências: a primeira é que houve resistência por parte das prostitutas, e a outra (fortemente relacionada à primeira) diz respeito às diferentes sociabilidades decorrentes dessa segregação do espaço urbano.

Quanto à primeira consequência, é válido elucidar que alguns argumentos justificam a resistência, por parte das prostitutas, quanto a serem expulsas da área central. Tais demandas dizem respeito às suas expectativas e necessidades em relação à cidade (e especificamente, ao território que geram e frequentam), relacionadas com suas vivências e características.

Um desses argumentos é que a saída do Centro levaria a uma perda não apenas dos “pontos” (e respectivos clientes neles estabelecidos), mas de toda a estratégia de segurança que as prostitutas haviam gerado nessa localidade para torná-la uma espécie de território de segurança: se comunicavam com pessoas conhecidas em quiosques da rua e frequentavam hotéis de confiança, já que motéis que ficavam longe poderiam ser mais perigosos (RAMOS, 2015). Então, numa tentativa de manterem seus direitos de se sentirem seguras, as prostitutas se mobilizaram em uma caminhada, a “Marcha das Máscaras”, que teve adesão de outros segmentos da sociedade que entendiam a demanda delas como parte de uma luta de Direito às Mulheres (RAMOS, 2015).

Para Ramos (2015), esse evento tornou-se muito importante na memória das prostitutas do Centro, e isso fez com que elas demonstrassem a importância de seu lugar de fala para demandar interferências nos rumos da política urbana. Apesar de todas as ações para retirá-las do centro da cidade, a partir de sua resistência, algumas prostitutas se mantiveram trabalhando no Centro.

Como dito, a segunda das consequências relacionadas à segregação do espaço urbano de Campinas foi a geração de diferentes sociabilidades decorrentes

7 As máscaras foram utilizadas para proteger a identidade das prostitutas.

dessa ação estatal. A depender do local onde a prostituição ocorre (no centro ou na periferia), o espaço é diferentemente apropriado quanto a horários, comportamento corporal e vestimenta (PELA CIDADE, 2020).

O Jardim Itatinga foi um bairro já criado de modo isolado, sendo acessado por vias de grande fluxo, o que favorece a chegada de clientes de carro, mas não apresenta acesso confortável para quem anda a pé (a maioria das pessoas de periferias). (PELA CIDADE, 2020). Assim, a segregação favorece o anonimato de clientes, mas desfavorece os moradores locais e, por tabela, fortalece a violenta dicotomia que age sobre as mulheres: separação social (e espacial) da “mulher” e da “puta”.

Contudo, cabe questionar a quem servem essas dicotomias, uma vez que essas diferentes urbanidades geram consequências negativas para diversos cidadãos. A exemplo, as prostitutas que preferem trabalhar no Centro por questões diversas, mas não conseguem morar nessa localidade pelo alto custo de vida que ela apresenta, acabam se submetendo a grandes deslocamentos diários.

Numa aproximação sobre a importância de planejadores urbanos atentarem para as demandas deste tipo de grupo social, Ramos (2015) cita intervenções urbanas (denominadas “revitalização”, “requalificação” e “renovação urbana”) que buscam revalorizar econômica e simbolicamente alguns espaços, mas, para isso, expulsam aqueles que dificultariam esse processo por representarem embates, de ordens diversas, com outros grupos sociais interessados nestes espaços. “Entre os expulsos estão, via de regra, as prostitutas [...]” (RAMOS, 2015, p. 45). E falar de processos de expulsão significa falar de higienização social e, em muitos casos, de gentrificação; e em qualquer dos casos, o que se vê é uma seletividade no direito à cidade.

As Camadas LGBTQIA+ e baixa renda – o caso do Minhocão (São Paulo- SP)

O material-base para este tópico foi o artigo de Oliveira, Nascimento e Nito (2017) sobre o inventário realizado no Minhocão. Conforme contextualizado pelas autoras, o fracasso urbanístico do Minhocão (elevado Presidente João Goulart) possibilitou o acesso de camadas de menor poder aquisitivo a locais mais próximos de seu trabalho. Suportando péssimas condições de uso (entre elas, de poluições ambiental e sonora), esses grupos que ocuparam o território

atravessado pelo elevado geraram sociabilidades diversas a ele atreladas, ressignificando este espaço.

O artigo 375 do Plano Diretor de São Paulo, lançado em 2014, apontou para a necessidade de gradativa desativação deste elemento viário, sugerindo sua demolição ou transformação em parque. Contudo, diante da possibilidade de criação de um parque, foi evidenciado um processo de especulação, mobilizado pelos interesses do mercado imobiliário sobre a área, passando a serem detectados empreendimentos que “vendem a perspectiva de transformação local” (OLIVEIRA; NASCIMENTO; NITO, 2017, p. 88). E, nesse sentido, é perceptível o nível de vulnerabilidade que os grupos de baixa renda que se apropriaram desse território passaram a ter, uma vez que é sabida a prática de gentrificação em decorrência da supervalorização de áreas de interesse do mercado imobiliário.

Diante dos impactos esperados ao se decidir os rumos do Minhocão, quaisquer que fossem eles, a Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) aplicou uma metodologia de inventário⁸ junto aos frequentadores locais, tentando registrar quais elementos culturais estariam enraizados naquele território⁹ e que deveriam ser levados em conta em qualquer ação estatal.

Dentre os resultados parciais encontrados foram apontadas referências culturais relacionadas a diversos grupos sociais, dentre eles, os LGBTQIA+. São alguns exemplos: templos do prazer (casas noturnas, cinemas, saunas, sex-shops, etc.) e Largo do Arouche como “lugares”; parada *gay* como “celebração”; pajubá como “expressão”; montagem das *drags* como “saberes”; banheirão da república como “edificação” (OLIVEIRA; NASCIMENTO; NITO, 2017).

Frente às perspectivas de transformação urbana da localidade, a preocupação existente é ainda maior quando, em alguns casos, há uma sobreposição de camadas de vulnerabilidade: há frequentadores que, além de terem conseguido morar na localidade por apresentarem baixa renda, são LGBTQIA+, e consideram territórios/lugares atrelados ao Minhocão (sobretudo o Largo do Arouche) como locais de acolhida, onde têm liberdade de viverem seus corpos e a cidade de modo a terem respeitadas suas identidades.

8 Trata-se do Inventário Participativo, metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (mais informações: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>).

9 Os resultados finais desse trabalho da REPEP encontram-se *online*: <<https://drive.google.com/file/d/1TwSzyC6x4gnd9fGKuWQJg-AF7ciAvq7T/view?usp=sharing&fbclid=IwAR1HDVlIpFMF66jm2HwMytVhPQZ8Lhm3-dH-2Vyb0SXk822tFsejUjH8qk>>

Cabe citar que, de modo similar à luta das prostitutas ocorrida em Campinas, onde a resistência desse grupo social virou marca de luta e afirmação social, o Largo do Arouche também foi considerado, por seus frequentadores, um espaço de resistência, uma vez que desde o período da Ditadura Militar havia tentativas de expulsão desses grupos na localidade (OLIVEIRA; NASCIMENTO; NITO, 2017).

Um fato demonstra a importância de haver lugares e símbolos de representatividade para esse grupo social: em 2016, o jornalista Helcio Beuclair criou um abaixo-assinado¹⁰ direcionado ao prefeito de São Paulo à época, Fernando Haddad. Nele, solicitou que as bandeiras que haviam sido colocadas na região do Arouche para comemorar o Dia Mundial do Orgulho LGBTQIA+, não apenas fossem mantidas, mas ampliadas para localidades outras (incluindo a Praça da República), consideradas históricas para os movimentos LGBTQIA+ da cidade (BEUCLAIR, 2016).

Este tipo de ação política mostra sensibilidade às vivências e necessidades de grupos vulneráveis. E, nesse mesmo sentido, o Inventário da REPEP para o Minhocão poderia ter se convertido em um instrumento que, ao registrar vozes de vulneráveis, contribuiria para um fornecimento de bases para uma política urbana mais equitativa, levando em conta outras formas de vivenciar o espaço urbano e suas respectivas necessidades.

A partir de 2018 houve novas movimentações legais a respeito: foi publicada a Lei n.º 16.833/2018, que criou o Parque Municipal do Minhocão e propôs a transformação parcial ou integral do elevado em parque (SÃO PAULO, 2018); em 2019 uma liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu esta lei¹¹, mas meses depois ela foi derrubada¹².

Nesse ínterim, o Projeto de Intervenção Urbana (PIU) para o Parque Minhocão começou a ser desenvolvido por Jaimer Lerner, e teve como primeiro trecho exatamente a porção que vai da Praça Roosevelt até o Largo do Arouche. (BARATTO, 2019a). Apesar de a previsão de conclusão ter sido para 2020 (BARATTO, 2019a), os planos relativos à área foram temporariamente

10 Este abaixo-assinado, que contou com 5.652 apoiadores, teve sua pauta atendida. Em 25 de agosto de 2016, o coordenador de Políticas Públicas para LGBTs, da Prefeitura de São Paulo, Alessandro Melchior, confirmou a permanência das bandeiras na Av. Vieira de Carvalho e no Largo do Arouche. (BEUCLAIR, 2016).

11 Mais informações: <<https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=57893&pagina=1>>.

12 Mais informações em: <<https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=59024>>.

suspensos. Segundo Baratto (2019b), “O atraso do projeto foi apontado como principal causa das mudanças de plano, além do calendário eleitoral”.

Uma demanda colocada pela própria lei n.º 16.833/2018 é que houvesse uma gestão participativa nas diversas etapas deste projeto: elaboração, implantação, execução e avaliação do PIU. (SÃO PAULO, 2018). Por isso, ao longo de 2019, a Prefeitura de São Paulo divulgou, em seu portal da internet “Gestão Urbana SP”, audiências públicas e consultas *online* para debater o projeto do Parque Minhocão. Contudo, não se pode mensurar, com exatidão, o nível de alcance dessas consultas nem o quanto as opiniões recebidas efetivamente integrarão o planejamento.

A exemplo, foi divulgado no portal um quadro de contribuições extraídas de uma Audiência Pública ocorrida em junho de 2019. Nele, consta que o representante do Conselho Participativo Municipal da Sé, Fabio Durso, defende a necessidade de levar o debate ao conhecimento das pessoas moradoras da região, e informa que, no âmbito do conselho que representa, as pessoas estavam, em verdade, contrárias à intervenção (GESTÃO URBANA SP, 2019).

O Departamento de São Paulo do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/SP, 2020), em nota sobre o Projeto de Lei 712/2020 – que aprova o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central (PIU-SCE), institui e regulamenta a Área de Intervenção Urbana do Setor Central (AIU-SCE) –, reconheceu alguns avanços deste, mas apontou tópicos que representariam riscos ao desenvolvimento democrático e equitativo da cidade. Entre os temas registrados estão os cuidados com repasse de atribuições de projetos à iniciativa privada, para que não deixem de ser atendidos os grupos de interesse social; e a falta de adequação das estratégias habitacionais às condições de vulnerabilidade de moradores da região.

Os debates em torno do Minhocão provocam reflexões sobre o Direito à Cidade, no tocante às políticas de cultura e memória, de segurança, de moradia e justiça social. É um convite a pensar qual cidade se quer, pois como ela nunca foi um território neutro, “o modo desigual de (re)produção citadina é um dado a ser explorado nas reflexões sobre a melhor forma de intervir no espaço urbano” (OLIVEIRA, NASCIMENTO, NITO, 2017, p. 91).

Assim, é preciso não apenas ferramentas para debater a cidade sob uma ótica maior e mais diversificada de grupos sociais, que possibilitem uma inversão de lógicas de “enobrecimento” dos espaços e de expulsão dos mais vulneráveis. É preciso que essas vivências e vozes sejam incorporadas, efetivamente, no Planejamento Urbano.

A Camada LGBTQIA+ periférica – o caso das periferias de São Paulo

O material-base para debate sobre a questão de gênero e sexualidade na periferia foi o audiovisual produzido pelo Babado Periférico (MENDL; CALDEIRA, 2017): “Episódio 1 – Periféricu”. A melhor forma de contextualizar esta produção é mostrar a descrição do grupo idealizador desse vídeo, apresentado em um perfil de rede social:

Produzido por LGBTs¹³ das quebradas de SP, Babado Periférico é uma websérie documental sobre a realidade pintosa nas favelas de São Paulo.

BABADO PERIFÉRICO é parte da tentativa de diminuir a contradição entre a alta concentração de LGBTs nas periferias de São Paulo e o pouco que se sabe sobre o assunto. Produzido por LGBTs das quebradas de SP, a websérie trata sobre temas como saúde, educação, família, aceitação da comunidade, juventude, cultura e tantos outros dessa realidade de resistência diante de tanto preconceito, exclusão e exploração. Afinal, o que é ser LGBT nos espaços mais marginalizados e mal vistos de São Paulo? (BABADO PERIFÉRICO, s/d).

A produção é iniciada com a declamação de um poema de Henrique Marques, professor de Geografia que é também pesquisador de Teoria de Gênero, pós-estruturalismo e teoria *queer* (COLETIVO MULTIPLICIDADE, 2018). De acordo com o Coletivo Multiplicidade (2018, s/p), Henrique Marques teria escrito este poema em 2016, quando participava do *Slam* Resistência, um “evento que promove uma competição de poemas realizado na rua com temáticas sociais como a LGBTfobia, racismo, machismo e preconceito de classe”.

Precisa melhorar pra tentar me ofender
 Me chamar do que eu sou jamais vai me abater
 As suas palavras soam como uma invocação
 E eu faço com elas um jogo de subversão

13 Sigla anterior e, portanto, menos completa que LGBTQIA+, refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.

Me chamam de viado
Que é pra me ver irritado
Mas não conseguirão:
Eu sou viado empoderado!¹⁴

Chama atenção como o discurso de empoderamento busca uma subversão dos sistemas de valores moralmente impostos pela sociedade, a partir da autoafirmação de termos pejorativos. Lembra, inclusive, as colocações das prostitutas no bairro Itatinga, conforme comentado no primeiro tópico do presente artigo.

Ao longo do vídeo, entrevistados, que são pessoas LGBTQIA+ que moram na periferia, alertam para o fato de que, ao vivenciarem problemas de aceitação/respeito sobre a sua sexualidade, algumas pessoas podem não se apropriar plenamente dos espaços onde vivem. Afinal, é comum que as pessoas construam seus territórios de vivência a partir da percepção dos lugares e pessoas que respeitam suas características, sua individualidade. Pessoas que não se encaixam no “padrão” não apenas têm mais dificuldades de socialização, mas têm sua própria segurança em risco.

É muito difícil viver a sexualidade, na sua plenitude, no bairro onde você mora. Você sempre tem que se deslocar para o Centro, para lá você ser uma “bicha” maravilhosa. Eu sempre brinco assim: você pega um ônibus e vai para a estação Grajaú. Quando você chega na estação Morumbi, você já se solta um pouco mais. Chegando em Pinheiros, você já está em outro lugar. Você chega na Paulista ou na Augusta você já pode ser. Esse “já pode ser” é que me incomoda. Por que eu não posso ser aqui onde eu moro? Por que eu não posso pegar o ônibus, andar duas quadras e poder ser “bicha” ali?” (transcrição a partir de vídeo; fala de Bruno César. MENDL; CALDEIRA, 2017).

A partir da citação de Bruno César, morador do Jardim Satélite, percebe-se uma válida problematização sobre a falta de direito, para alguns, de ser como se é em determinados espaços públicos. Ele é um dos idealizadores do festival PeriferiaTrans¹⁵, que objetiva descentralizar a militância e mostrar que

14 Disponível na página eletrônica do Coletivo Multiplicidade (2018).

15 Festival de teatro, dança, música, performance e outras modalidades que envolvem artistas do cenário LGBTQ+, e é realizado na periferia de São Paulo (Grajaú).

há LGBTQIA+s na periferia, que criam arte. Bruno César mostra como, a partir da sensação de bem-estar e busca por afirmação, as pessoas podem se apropriar do espaço público: “Quando a gente faz um show na rua, lotado de bicha na rua, ocupando esse espaço público que é da rua, isso é potente para caramba [...] Nossos corpos existem e eles vão ocupar a rua, quer você queira ou não” (transcrição a partir de vídeo; fala de Bruno César. MENDL; CALDEIRA, 2017).

Conforme dito no tópico anterior, o Largo do Arouche é considerado um dos redutos *gays* de São Paulo, onde as pessoas podem “ser quem são”, pois é símbolo de resistência e local de acolhida e libertação para muitas pessoas LGBTQIA+. Inclusive, quando o entrevistado Henrique Marques falava sobre o local (MENDL; CALDEIRA, 2017), foi interrompido por um usuário do largo que teve necessidade de compartilhar a alegria e a sensação de liberdade que tinha diante daquele lugar. Ele relata que sai de onde mora, na periferia, de calça; no metrô ele coloca um *short* mais curto, porque se usasse esta última vestimenta onde morava, apanharia.

Na fala interrompida, Henrique dizia que o Largo do Arouche era um reduto para as pessoas LGBTQIA+ da periferia, mas que essa situação afirmava a norma social, porque o local concentrava pessoas... Embora sua frase não tenha sido finalizada (devido à citada interrupção), é possível interpretar que o Largo concentraria as pessoas LGBTQIA+ exatamente porque elas não poderiam estar em outros lugares, pelo preconceito e, por vezes, agressões que sofrem. Isso alimentaria a norma social, uma vez que as pessoas não poderiam estar em todos os locais da cidade; precisariam ficar em guetos (MENDL; CALDEIRA, 2017).

O mesmo Henrique Marques fala ainda, no vídeo, que há um recorte de classes nos guetos LGBT+ de São Paulo, uma vez que regiões como Rua Augusta e região da Av. Paulista seriam mais ocupadas por pessoas de classe média, enquanto que Arouche e região da Rua Peixoto Gomide seriam os guetos de LGBTQIA+s periféricos. Seria o que ele chama de “gueto para pessoas do gueto” (transcrição a partir de vídeo; MENDL; CALDEIRA, 2017).

Sobre a questão da segurança, outro entrevistado do vídeo, Elvis Stronger, morador do Buraco do Sapo, fala que, na verdade, muitas vezes não há segurança, mas uma falsa sensação dela. Diz que, de acordo com dados de Boletins de Ocorrência, o local onde há mais espancamentos de LGBTQIA+s na cidade é na região da Augusta (MENDL; CALDEIRA, 2017). Vê-se, pois, como determinados espaços urbanos podem representar diferentes formas de coerção social

para esses grupos, tornando flagrante o fator de vulnerabilidade ao qual estão submetidos cotidianamente.

Por um Urbanismo mais igualitário – Direito à Cidade e perspectiva de gênero

Sabe-se que as Camadas de Vulnerabilidade, embora aqui separadas em tópicos por serem resultado de análises de diferentes referências, se interseccionam em diversos territórios da realidade urbana. Há uma questão válida para todas elas: como aprender, a partir de diferentes exemplos de realidade urbana segregada, a pensar o planejamento das cidades de modo mais igualitário?

Nesse sentido, o presente tópico busca dialogar as situações anteriormente expostas com reflexões teóricas e exemplos de tentativa de superação de algumas das problemáticas apresentadas a partir de práticas de planejamento e projeto urbanos.

O entendimento base para as reflexões postas é a necessidade de maior democratização no Direito à Cidade. A partir dele, diversos estudos têm sido desenvolvidos no intuito de abordar problemáticas particulares do espaço urbano, incluindo especificidades de grupos de mulheres e LGBTQIA+s, por exemplo.

Quanto ao primeiro grupo, convém destacar que, segundo Elizabeth Sweet e Sara Escalante (2012), desde princípios dos anos 1990, urbanistas feministas têm promovido alternativas para responder a diversas limitações de usufruto das cidades, relativas à questão da segurança. Segundo elas, três alternativas teriam sido criadas para criar ambientes seguros e inclusivos: a adoção de auditorias de segurança das mulheres¹⁶; a criação de mais espaços de refúgio, empoderamento e liberdade reflexiva; e, mais recentemente, a incorporação da perspectiva de gênero em planos de segurança em nível comunitário.

Quanto a este último ponto, convém destacar as contribuições de Zaida Muxí sobre o tema: “A primeira coisa a fazer para incorporar a perspectiva de gênero no urbanismo é entender que devido aos papéis sociais e culturais os homens e as mulheres realizam tarefas diferentes e também temos acesso

16 Para saber mais: resultados de Auditoria realizada em terminal de São Paulo, (disponível em: <https://issuu.com/sampape/docs/mulheres_caminhantes_auditoria_de>); e Auditoria realizada no âmbito da Espanha (disponível em: <<https://issuu.com/punt6/docs/espaciosparalavidacotidiana>>. Acessos em: 1 dez. 2020.

desigual às oportunidades existentes na cidade.” (COTA, 2018). Diante desse cenário, para Muxí, é preciso que o desenho urbano traduza as diferentes necessidades que homens e mulheres têm na cidade.

Quando são destacadas as realidades femininas, algumas observações precisam ser feitas. Primeiramente, há uma herança social quanto aos papéis geralmente atribuídos de acordo com o gênero da pessoa, recaindo sobre as mulheres, na maioria das vezes, atividades de cuidado (em relação a crianças, idosos, cônjuges). Além disso, a herança machista das sociedades faz com que seus corpos sejam, frequentemente, objetificados. Nesse sentido, a sensação de insegurança é maior quando utilizam os espaços públicos¹⁷.

Ainda de acordo com Muxí (COTA, 2018), a perspectiva de gênero inclui diversas experiências, inclusive as que começaram a ser incorporadas ao urbanismo, relativas a crianças e pessoas com mobilidade reduzida. Mas tem a especificidade de considerar que as mulheres se movem de forma diferente: “Por exemplo, as mulheres usam muito o transporte público e andam a pé, mais do que os homens, e temos menos acesso a recursos (como veículos particulares)” (COTA, 2018, s/p).

Estas colocações ratificam a sobreposição de camadas de vulnerabilidade, sobretudo se acrescentarmos, à camada feminina, as pessoas negras, prostitutas e LGBTQIA+, como ocorre nos cenários urbanos aqui analisados.

Além da questão da segurança, uma das preocupações apresentadas por pessoas que defendem o Urbanismo com perspectiva de gênero é a necessária mudança da reprodução de espaços monofuncionais, herança modernista que, apesar de diversas críticas já feitas por urbanistas, ainda perdura em diversas cidades. Quando a habitação está separada de outros espaços necessários ao cotidiano das pessoas, sobretudo daquelas que cuidam de si e de outras pessoas, há um aumento dos deslocamentos e uma limitação às demais formas de fruição da cidade.

Enquanto essas transformações não acontecem, críticas são lançadas sobre práticas que segregam, semelhantes às ocorridas no bairro Itatinga e nas periferias de São Paulo. Como colocam Carvalho e Macedo Júnior (2017), como decorrência de um modelo de urbanização e de legislação urbanística que prioriza a reprodução do capital, a cidade vem sendo dividida entre cidade ideal (das

17 Cabe o registro que Sweet e Escalante (2012) defendem a ampliação dessa preocupação para o espaço privado.

leis) e real. “A cidade real é aquela ocupada pelas prostitutas, pelos pobres, pelos marginalizados pelo Direito; a cidade é palco das contradições sociais e reflete a ordem heteronormativa em sua constituição.” (CARVALHO, MACEDO JÚNIOR, 2017, p. 114).

É por isso que ações como as promovidas pelo festival Periferia Trans, ou mesmo pelas consolidadas Paradas do Orgulho Gay (considerada uma referência cultural pelo Inventário da REPEP), podem ser consideradas contributos significativos para a ocupação do espaço urbano e, a partir desta, espera-se uma reafirmação e uma resistência a normas pré-estabelecidas. Mas não basta limitar esses processos a eventos pontuais. É preciso que essa ocupação seja cotidiana.

Ocupar a cidade como espaço público e acessá-la em sua totalidade significa a ultrapassagem de um ato meramente pessoal/individual para um processo político, coletivo e de resistência às formas discriminatórias e ao complexo universo da desigualdade social, que produz e legitima lugares para determinados indivíduos; que obstaculiza a diversidade humana e que naturaliza a exploração do trabalho e as práticas de dominação ideológica e cultural (SILVA; SANTOS, 2015, p. 507).

A segregação por classes LGBTQIA+, comentada na Camada da periferia (que seria, na verdade, uma sobreposição de camadas), além de estar relacionada a questões de ordem sociológica, também pode estar atrelada ao modo de produção de capital. Silva e Santos (2015) chamam atenção para o chamado “mercado *gay*”, que lucra a partir de estratégias de indução de consumo. Assim, o que se percebe é que parte do público LGBTQIA+, de maior poder aquisitivo, passa a ter mais “visibilidade” e segurança nas cidades em decorrência do retorno financeiro que pode dar a alguns setores econômicos. Por outro lado, para segmentos LGBTQIA+ de menor renda, esse privilégio não se estende igualmente.

Müller (2019), ao traçar uma trajetória dos direitos LGBTQIA+, indica que a segregação socioespacial deste grupo tem um marco importante atribuído ao cenário norteamericano do pós-Segunda Guerra Mundial. De acordo com a autora, estabelecimentos que fossem frequentados por algum homossexual eram considerados ilegais, e por isso, restava aos LGBTQIA+s frequentarem “bairros afastados e regiões esvaziadas, ocupadas por populações marginalizadas e

praticantes de atividades ilícitas, tais quais prostituição, tráfico de drogas e a própria homo/transsexualidade, até então consideradas crime” (MÜLLER, 2019, p. 34).

Nessa linha de entendimento, Silva e Santos (2015) lembram que muitos grupos seguem frequentando locais menos privilegiados e, com isso, carregam este estereótipo histórico de que os territórios frequentados por esses grupos seriam de “marginais”, de “promiscuidade” e de “bandidagem”. E isso piora a situação de invisibilidade que esse público tem nas políticas públicas de muitas localidades.

Assim, não apenas “as relações mercantis que moldam as relações sociais conseguem, também, (re)modelar o espaço”, mas interferem nos modos (incluindo limitações) de apropriação do espaço urbano: “Segmentos da população LGBTQIA são rotulados e submetidos a viver silenciados e invisibilizados em sua expressão afetivo-sexual ou podem se expressar em espaços bastante específicos, privados e mercantis” (SILVA, SANTOS, 2015, p. 510).

Embora grupos LGBTQIA+ costumem gostar de frequentar locais chamados “LGBT-friendly” (amigáveis a este público), por neles terem uma sensação de pertencimento (a exemplo do Largo do Arouche e bares limítrofes), é preciso haver um cuidado com a segregação e a limitação de usufruto da cidade que podem ser consequência de uma restrição à socialização apenas nestes locais.

Na busca por soluções urbanísticas sintonizadas com essas formas de pensamento, muitas vezes é preciso articular políticas distintas. Um exemplo dessa tentativa de promover uma maior inclusão no ambiente urbano foi apresentado por Müller (2015) em seu projeto de conclusão de curso. Nele, duas das diretrizes propostas para uma intervenção no centro de Florianópolis merecem destaque: a combinação entre dois programas (o Programa de Arte Pública e o Programa Floripa Diversa), para que fossem desenvolvidos projetos de arte pública com temática LGBTQIA+; a criação de um pavilhão itinerante com a mesma temática, cujas cores remetem àquelas usadas como símbolo de resistência LGBTQIA+.

Nesse sentido, o Urbanismo e a Arquitetura entrariam como ferramentas para criação e transformação no/do espaço urbano, e este último, como suporte à transformação de mentalidades sociais. É uma forma de confrontar ideologias que foram, historicamente, construídas sobre esse público e que reverberam até os dias atuais, limitando seus direitos à cidade.

Exemplos como este, oposto às práticas de segregação planejadas ocorridas no Jardim Itatinga –, precisam ser estimulados. Em vez de reforços à vulnerabilidade de grupos sociais já considerados mais frágeis, planejamentos para esses espaços devem considerar as necessidades dos seus reais usuários; em vez de reproduzirem lógicas normativas de comportamento estabelecidas por grupos dominantes, devem promover a apropriação urbana com diversidade.

Um exemplo de reflexão sobre planejamento urbano frente às diferentes necessidades: pode ser que alguns locais precisem de mais iluminação pública, para aumentar a sensação de segurança das pessoas caminhantes; mas, ao mesmo tempo, locais onde a sociabilidade traduz mais discrição, os usuários podem achar desejável a diminuição da iluminação (a exemplo de pontos de prostituição).

Se, como colocado no caso do Jardim Itatinga, as sociabilidades podem ser alteradas mediante impasses entre grupos sociais distintos, cabe a pergunta para o Parque Minhocão: quais seriam os impactos sentidos, por exemplo, pelos grupos LGBTQIA+ e baixa renda, a depender do tipo de intervenção e, quiçá, valorização imobiliária dela decorrente? Ao se tentar responder a esta pergunta, deve-se lembrar que: não se trata de um reduto LGBTQIA+ com representatividade apenas para paulistanos, mas para pessoas vindas de cidades menores, onde a pressão relacionada a valores morais ainda é muito grande e afeta seus modos de vida; muitos grupos de baixa renda não teriam condições de permanecer no local sem políticas voltadas para isso.

Considerações Finais

Como coloca Zaida Muxí, embora haja atualmente diversas referências para trabalhar a perspectiva de gênero na questão urbana, o mais importante é entender sua essência e, nesse sentido, considerar a experiência na cidade, observar o dia-a-dia que nela se desenvolve (COTA, 2018). Nesse sentido e, considerando a ampliação de perspectivas de identidade de gênero que temos na atualidade, é desejável que se estenda o olhar sensível às necessidades da mulher, por exemplo, à múltiplas possibilidades de ser mulher.

Também, é preciso que os grupos de vulnerabilidade sejam efetivamente escutados, e audiências públicas muitas vezes não permitem que as pessoas se manifestem e mesmo absorvam adequadamente as informações apresentadas. Nesse sentido, o Inventário da REPEP e as Auditorias que têm sido realizadas

sob a ótica do Urbanismo com perspectiva de gênero podem ser instrumentos para ampliar debates e investigações, desde que efetivamente incorporados aos projetos políticos e urbanos. Universidades também podem ajudar, estimulando projetos de extensão que aumentem a capilaridade desses instrumentos ou outros que atuem de maneira similar.

Como é notório, os debates aqui empreendidos apresentam forte ligação com diversas disciplinas. Embora seja conhecida a necessidade de se pensar Urbanismo de modo interdisciplinar, sabe-se que a prática que ocorre em muitas cidades (sobretudo de menor porte) delega apenas a arquitetos e urbanistas o redesenho do espaço, sem considerar que estes projetos devem partir de demandas outras que vão além dos conhecimentos técnicos destes profissionais.

Nesse sentido, convém reconhecer, e sugerir como exemplo positivo, grupos como o GECID, que buscam debater questões caras à cidade, como dito, numa ótica feminista e transdisciplinar, que considera as vivências das membras nas reflexões. Ele contribui, assim, para ampliar olhares sensíveis às questões de gênero.

Se a cidade é a representação das sociabilidades que nela incidem e que, por sua vez, estas não são estáticas, é desejável que a materialidade da cidade demonstre novos valores, sintonizados com nossas crenças, para que instrumentos como a Carta Mundial do Direito à Cidade não se resumam a intenções teóricas e utópicas.



Referências

BABADO PERIFÉRICO. **Sobre**. Facebook [página da internet], s/d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/BabadoPeriferico/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

BARATTO, Romullo. **Prefeitura de São Paulo transformará Minhocão em parque elevado - e isso é bom?** ArchDaily Brasil, 22 fev. 2019a. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/912040/prefeitura-de-sao-paulo-transformara-minhocao-em-parque-elevado-e-isso-e-bom>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. **Prefeitura de São Paulo suspende planos de construir o Parque Minhocão**. ArchDaily Brasil, 11 nov. 2019b. Disponível em: <www.archdaily.com.br/br/928184/prefeitura-de-sao-paulo-suspende-planos-de-construir-o-parque-minhocao>. Acesso: 5 set. 2022.

BEUCLAIR, Helcio. **Mantenha e amplie as bandeiras LGBT permanentemente no Centro de Sampa #DiversidadeTodoDia** (Abaixo-assinado). Change [Portal da Internet]. Disponível em: <<https://www.change.org/p/prefeitura-de-s%C3%A3o-paulo-mantenha-e-amplie-as-bandeiras-lgbt-de-forma-permanente-no-centro-de-s%C3%A3o-paulo-diversidadetododia>>. Acesso em: 05 set. 2022.

CARTA Mundial pelo Direito à Cidade. Quito: Fórum Social das Américas, 2004; Barcelona: Fórum Mundial Urbano, 2004; Porto Alegre: V Fórum Social Mundial, 2005. Suelo Urbano [Portal da Internet], 03 set. 2007. Disponível em: <<https://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/08/Carta-Mundial-pelo-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2022.

CARVALHO, C. O.; MACEDO JÚNIOR, G. S. M. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**. v. 9, nº 1, 2017, p. 103-116. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/download/26356/19535>. Acesso: 05 set. 2022.

COLETIVO MULTIPLICIDADE. **Coletivo MultipliCidade realiza intervenção alusiva ao Dia Internacional do Orgulho LGBT**. Multiplicidade [página da internet], 28 jun. 2018. Disponível em: <<https://coletivomultiplicidade.wordpress.com/2018/06/28/coletivo-multiplicidade-realiza-intervencao-alusiva-ao-dia-internacional-do-orgulho-lgbt/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

COTA, Daniela Abritta. Entrevista com Zaida Muxí. Cidade, política e gênero. Entrevista, São Paulo, ano 19, n. 075.02, **Vitruvius**, set. 2018 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/19.075/7123>>. Acesso: 05 set. 2022.

GESTÃO URBANA SP. **Audiência Pública do Projeto de Intervenção Urbana – PIU PARQUE MINHOÇÃO**. Gestão Urbana Sp [Portal da Internet], 2019. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/PIU_minhocao_contribuicoes_audiencia_2019-06-11-1.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

IAB/SP. **Manifestação coletiva sobre o PL do PIU Setor Central** – Audiência Pública de 15 de Dezembro de 2020. IAB/SP [portal da internet], 15 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.iabsp.org.br/?noticias=manifestacao-coletiva-sobre-o-pl-do-piu-setor-central-audiencia-publica-de-15-de-dezembro-de-2020&fbclid=IwAR0SWLic3ijwxlMT--2cyNtDZWJApDTlcoI deYXvguO6JVtKo8iob14P4g>>. Acesso em: 05 set. 2022.

LOUBAK, Ana Letícia. **O que é podcast?** Saiba tudo sobre os programas de áudio online. Techtudo [Portal da Internet]. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/12/o-que-e-podcast-saiba-tudo-sobre-os-programas-de-audio-online.ghtml>>. Acesso em: 05 set. 2022.

MENDL, Nayara; CALDEIRA, Rosa (Direção & Roteiro). **Episódio 1 – Periféricu**. (produção audiovisual). Youtube [página da internet], 20 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xdZ8JC-Yv0w>>. Acesso em: 05 set. 2022.

MÜLLER, Cristina B. **Cidade para quem?** O Centro de Florianópolis e a população LGBT. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/197375/452%20caderno.pdf?sequence=2>>. Acesso: 05 set. 2022.

OLIVEIRA, Fernanda R. de; NASCIMENTO, Larissa de C.; NITO, Mariana K. Território, cultura e memória lgbt+: o patrimônio cultural como abordagem para a busca do direito à cidade. In: **Cidade Queer, uma leitora**. São Paulo: Edições Aurora; *Publication Studio* SP, 2017, p. 86-93.

PELA CIDADE. **Episódio 15** (especial Cidade, Gênero e Interseccionalidade). Spotify [Plataforma da Internet]. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/5g2XpCgM0tx8X9EwNgkTE9?si=51Hi1WW4RHma-oSWfl0GsQ&fbclid=IwAR1IXbQg0wRExnT411Ihg-QzTwyI2HPhSgJct7Bq7A2HHSyocqE8T2vgNJS0>>. Acesso em: 05 set. 2022.

RAMOS, Diana H. “**Preta, Pobre e Puta**”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/25058900/PRETA_POBRE_E_PUTA_a_segrega%C3%A7%C3%A3o_urbana_da_prostitui%C3%A7%C3%A3o_em_Campinas_Jardim_Itatinga#:~:text=Atualmente%2C%20o%20bairro%20%C3%A9%20considerado,onde%20trabalham%20mulheres%20e%20travestis>. Acesso em: 05 set. 2022.

SILVA, A. L. da; SANTOS, S. M. de M. dos. “O sol não nasce para todos”: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. **SER Social**, v. 17, n. 37, p. 498-516, 1 jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14259>. Acesso em: 05 set. 2022.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Lei no. 16.833, de 7 de fevereiro de 2018**. Cria o Parque Municipal do Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado João Goulart.

SARMENTO, Daniela P. G.; BRANDÃO, Leonardo. Lugares das mulheres: a percepção das mulheres sobre seu Direito à Cidade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2017. Disponível em; <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497753562_ARQUIVO_LugaresdasMulheres_apercepcaodasmulheressobreouseudireitoacidadeR02.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

SWEET, E.; ESCALANTE, S. Respuestas a la violencia de género desde la planificación urbana: los casos de Cataluña, México y Estados Unidos. In: VALDIVIA, Blanca G.; CIOCOLETTO, Adriana. **Estudios urbanos, género y feminismo: Teorías y experiencias**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya; Col·lectiu Punt 6; Institut Català de les Dones, 2012. P. 62-39.

